Governo só cumpre Carta

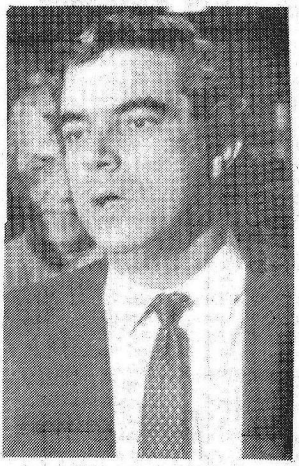
GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

As pressões e reclamações contra os cortes no orçamento de 1989, decorrentes da Operação Desmonte, devem ser dirigidas aos constituintes e não ao Presidente da República, que está apenas obedecendo às regras estabelecidas pela nova Constituição, afirmou ontem o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Rebatendo acusações dos governadores de que os cortes de Cz$ 2 trilhões, representam uma represália do Governo sobre os constituintes que aprovaram a reforma fiscal, Costa Couto desafiou a que se encontre uma única emenda de autoria do Palácio do Planalto visando a supressão de qualquer dispositivo da reforma tributária.

Só para o Gabinete Civil são dados, em média, 50 telefonemas por dia. E os campeões de ligações ao ministro Costa Couto são seus colegas da Previdência, Jader Barbalho; Habitação e Urbanismo, Prisco Viana; da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves; da Saúde, Borges da Silveira; da Ciência e Tecnologia, Ralph Biasi; da Educação, Hugo Napoleão, e os governadores do Paraná, Álvaro Dias; e José Aparecido, do DF. A relação do Governo, segundo assessor do Palácio do Planalto, é a mesma: "A lógica dos cortes é esta, se se transfere a receita, também se deve transferir os encargos".

Para o ministro Costa Couto, o Governo federal tem que se ajustar e não compreende porque toda essa celeuma em torno da



Costa Couto

decisão do Presidente de promover os cortes. A Constituição, disse o ministro, foi pensada exatamente para fazer mudanças. "Na hora em que as mudanças vêm, as pessoas querem que a situação fique como estava. Se a proposta para 89 não refletisse a nova Constituição, diriam que o Governo não estaria ou não estará disposto a cumprir a Constituição. O nome disso é muito claro, não quero nem mencionar", desabafou o ministro.

Aparentemente, o Governo não está muito preocupado com a redução da receita do Tesouro, mas com os reflexos que essa transferência terá nas finanças dos Estados e Municípios pobres, como os das regiões Norte e Nordeste, que têm uma arrecadação bastante inferior à dos Estados do Sudeste. Foi lembrado o caso da unificação de diversos impostos, como o cobrado sobre os combustíveis líquidos e gasosos, que foram unificados